

ANEXO 2 | Projectos Geradores de Receitas

1 | Definição e âmbito de aplicação

Um Projecto Gerador de Receitas é, segundo o n.º 1 do artigo 55.º do Regulamento (CE) 1083/2006, *“uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso”*.

Face ao exposto, o teor deste artigo aplica-se a operações de investimento geradoras de receitas líquidas através de encargos suportados directamente pelos utilizadores, não se aplica nos casos seguintes:

- Projectos que não gerem receitas
- Projectos cujas receitas não cubram integralmente os custos de funcionamento
- Projectos sujeitos às normas sobre auxílios estatais - n.º 6 do artigo 55.º

De facto, e como regra, para todos os projectos que podem ser sujeitos a uma análise de custo-benefício (ACB) devem ser estimadas as receitas esperadas, se as houver, em conformidade com o n.º 2 do artigo 55, o qual determina que quando a avaliação das receitas futuras se revela difícil, deve ser prestada atenção particular à análise de sensibilidade e de risco¹.

2 | Quadro regulamentar

Dos n.os 2 e 3 do artigo 55.º do Regulamento (CE) 1083/2006, resulta o seguinte:

- As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor do custo do investimento actualizado, depois de deduzido o valor do rendimento líquido do investimento actualizado durante um determinado período de referência, para Investimentos em infra-estruturas ou outros projectos cujas receitas possam ser objectivamente estimadas com antecedência;

¹ Sobre este tipo de análise atenda-se ao disposto no Documento de Trabalho 4 “Orientações sobre a metodologia para a realização de análises custo-benefício”, elaborado pela Comissão Europeia, e disponível no Inforegio.

- Nos casos em que não seja elegível para co-financiamento a totalidade do custo do investimento, o rendimento líquido deve ser afectado proporcionalmente à parte elegível e à parte não elegível do investimento;
- No cálculo, a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a entidade por esta designada) tem em conta o período de referência adequado para a categoria de investimento em causa, a categoria do projecto, a rentabilidade normalmente prevista nesta categoria de investimento, a aplicação do princípio do poluidor-pagador e, se for caso disso, considerações de equidade relacionadas com a prosperidade relativa do Estado-Membro em causa.
- Sempre que não seja objectivamente possível estimar com antecedência as receitas, as receitas geradas nos cinco anos seguintes à conclusão de uma operação devem ser deduzidas das despesas declaradas à Comissão. A dedução deve ser efectuada pela autoridade de certificação o mais tardar no momento do encerramento parcial ou final do programa operacional. O pedido de pagamento final deve ser corrigido em conformidade.

De referir ainda que, de acordo com o n.º 4 do referido artigo 55.º, *“quando, no prazo máximo de três anos a contar do encerramento do programa operacional, se determinar que uma operação gerou receitas não tidas em conta nos termos dos n.os 2 e 3, essas receitas devem ser restituídas ao Orçamento Geral da União Europeia na proporção da participação dos fundos.”*

3 | Processo de determinação do fundo comunitário

No que se refere a Projectos Geradores de Receitas, a Comissão Europeia, no Documento de Trabalho 4 “Orientações sobre a metodologia para a realização de análises custo-benefício”, propõe a utilização do chamado “método da diferença de financiamento” na determinação da taxa de auxílio dos Fundos para Projectos Geradores de Receitas.

A determinação do nível de auxílio comunitário baseia-se na taxa de «diferença de financiamento» do projecto, ou seja, a parte do custo actualizado do investimento inicial não coberta pela receita líquida actualizada do projecto.

A identificação das despesas elegíveis de acordo com o n.º 2 do artigo 55.º assegura que o projecto tem recursos financeiros suficientes para aplicar e evita a concessão de uma vantagem indevida ao destinatário da ajuda, ou seja, um sobrefinanciamento do projecto.

Na figura que se segue esquematizam-se os passos a dar para determinar o montante do Fundo em conformidade com o artigo 55.º:

Passo 1: Encontrar a taxa da diferença de financiamento (R)

$$R = \text{Max EE} / \text{DIC}$$

em que:

Max EE é o máximo das despesas elegíveis = DIC-DNR (art. 55.º, n.º 2)

DIC é o custo de investimento actualizado (*discounted investment cost*)

DNR é a receita líquida actualizada (*discounted net revenue*) = receitas actualizadas - custos de funcionamento actualizados + valor residual actualizado



Passo 2: Encontrar o «montante de decisão» (DA - *decision amount*), ou seja, “o montante a que se aplica a taxa de co-financiamento do Eixo prioritário” (artigo 41.º, n.º 2)

$$DA = EC * R$$

em que:

EC é o custo elegível.



Passo 3: Encontrar a subvenção (máxima) da UE

$$\text{Subvenção da UE} = DA * \text{Max CRpa}$$

em que

Max CRpa é a taxa máxima de co-financiamento fixada para o Eixo prioritário na decisão da Comissão que adopta o programa operacional (artigo 53.º, n.º 6).

4 | Obrigações do Beneficiário e da Autoridade de Gestão

Em relação a Projectos Geradores de Receitas, decorre do artigo 15.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’ que, à Autoridade de Gestão do ON.2 cabe manter o IFDR informado sobre:

- Os projectos cujas receitas líquidas não puderam ser estimadas com antecedência, bem como a respectiva contabilização nos cinco anos seguintes à sua conclusão;
- Alterações substanciais nas receitas líquidas que levaram ao cálculo da taxa de comparticipação após a conclusão da operação.

A este propósito, o Contrato de Financiamento a celebrar entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e o Beneficiário obriga este último perante o primeiro:

- A informar das receitas líquidas geradas ao longo de 5 anos após a conclusão da operação, no caso de não ser possível estimar com antecedência as respectivas receitas;
- A informar quando as receitas líquidas determinadas para efeito do cálculo de comparticipação sofrerem alteração substancial;
- A restituir os montantes que venham a ser devolvidos ao orçamento geral da União Europeia na sequência da identificação de receitas que não tenham sido devidamente consideradas no âmbito de pagamentos efectuados à operação.